

ATIVIDADE DOCENTE, CONDIÇÕES DE TRABALHO E PROCESSOS DE SAÚDE

Roberto Moraes Cruz¹
Jadir Camargo Lemos²

Resumo Abstract

As condições de saúde dos professores, assim como dos trabalhadores de uma forma geral, dependem fundamentalmente das relações entre as exigências e condições de realização do trabalho, denominadas genericamente de cargas de trabalho, derivadas do contexto e das características da organização do trabalho, nesse caso, da atividade de docência. A avaliação das condições de trabalho, a partir das suas dimensões físicas e psicológicas, permite ampliar o grau de compreensão acerca da percepção das condições de trabalho, dos

As with other kinds of workers, the health status of university professors is predicated on their workload, which is defined as the relationship between work demands and work conditions, is based on the physical and psychological dimensions of the work. Workload results from the context and work organization, in this case, activities related to teaching. Assessing work conditions helps understand work conditions, risks and signs of illness. This study aims to assess aspects of university

¹ Professor e pesquisador do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina. End: Campus Universitário – Trindade – 88040-600 – CP 476 – Florianópolis (SC). E-mail: rcruz@cfh.ufsc.br

² Professor e pesquisador do Departamento de Fisioterapia da Universidade Federal de Santa Maria (RS). End: Faixa de Camobi, Km 9 - Campus Universitário- 97105-900 - Santa Maria (RS). E-mail: j.lemos@gmail.com

riscos e evidências de processos de adoecimento. O presente estudo tem como objetivo caracterizar aspectos do trabalho de professores universitários e sua influência nos processos de saúde. Palavras-chaves: saúde dos professores, condições de trabalho, cargas de trabalho.

professors work and its influence on their health.

Keywords: teacher's health, work conditions, workload.

Introdução

As condições de trabalho constituem um dos fatores principais do mal-estar docente. Tais condições afetam a saúde física e mental dos professores levando-os ao absenteísmo e, às vezes, ao abandono da profissão. (Esteve, 1999).

Contribuir na reflexão sobre as implicações do trabalho na saúde dos trabalhadores é, cada vez mais, uma evidência dos novos tempos de avanços tecnológicos, mudanças gerenciais e intensificação de metas, litígios e processos competitivos no mundo do trabalho. Essa reflexão nos parece encontrar um campo fértil de articulação com temática "Educação Física, Esporte, Lazer e Saúde". Os estudos em saúde do trabalhador, em seus diferentes contextos profissionais são necessariamente multidisciplinares, tendo em vista refletir a natureza complexa dos processos de saúde e

suas implicações com as dimensões do trabalho na vida das pessoas. Nesse sentido, profissionais do campo da saúde, das ciências sociais, do trabalho, do esporte, cada vez mais, investigam as relações entre saúde e trabalho e o modo como essa relação repercute sobre o *modus vivendi* das pessoas.

É certo que, de todos os lados, é possível perceber preocupações e fatos concretos sobre os diferentes agravos à saúde dos trabalhadores – distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho, síndromes neuróticas específicas, estresse crônico, depressão, dentre os que mais

ocorrem. Para Cruz (2005), estudos epidemiológicos recentes apontam verdadeiras epidemias das chamadas doenças profissionais ou doenças relacionadas ao trabalho. Do ponto de vista das patologias atribuídas à organização e ao processo de trabalho, é possível verificar nos estudos especializados o modo como progredem os efeitos somáticos e psicológicos relacionados ao barulho, às vibrações, ao ritmo, à densidade e à intensidade de trabalho, denominados genericamente de afecções periarticulares, alergias, estresse e descompensações psicológicas. É válido, portanto, inquirir sobre a evolução quantitativa e qualitativa dos fatores de risco à saúde do trabalhador dentro das categorias profissionais.

Este trabalho pretende caracterizar aspectos do trabalho de professores universitários e sua influência nos processos de saúde. Porém, de que maneira um estudo sobre as condições de trabalho e de saúde na atividade de docentes universitários pode contribuir a comunidade científica dedicada ao estudo das relações entre saúde e lazer? Em quais aspectos os processos de adoecimento repercutem na qualidade dos afetos e das relações de trabalho dos trabalhadores da educação? Será que é possível discutir a qualidade de vida no trabalho desses profissionais sem avaliar as his-

tóricas condições de trabalho e os constrangimentos experimentos no dia-a dia do trabalho?

Esses questionamentos são os pontos de partida para a reflexão que se segue. Pretende-se demonstrar que, com as transformações do mundo do trabalho, mudaram, também, as características do mercado de trabalho no ramo da educação. Observa-se, ao mesmo tempo, uma desvalorização da figura do professor e uma exigência maior de atualização, mas dependendo inteiramente do seu próprio salário para se atualizar. A precariedade das relações de trabalho também atinge aos professores de um modo geral e os reflexos disso estão no aumento de casos de afastamentos para tratamento de saúde.

O cenário da formação profissional em universidades públicas brasileira, apesar dos esforços dos trabalhadores da educação, aponta para um estado crônico de dificuldades em gerenciar os processos de trabalho, seja por intensificação da precarização das condições de trabalho, seja pela incapacidade em transformar as ações reivindicatórias efetivamente em processos de conscientização da sociedade sobre os riscos implicados na precarização do trabalho dos professores e demais trabalhadores da educação. Há algum tempo, o processo de precarização do trabalho tem sido acompanhado

de uma crescente depreciação da atividade docente, em razão dos baixos investimentos nas ações de melhoria da educação superior, seja do ponto de vista dos ambientes de trabalho, da remuneração ou, ainda, do reconhecimento social desse trabalho. O resultado disso tudo, invariavelmente, acentua efeitos perversos de desgaste físico e psicológico, absenteísmo e, até mesmo, abandono da profissão.

As marcas do trabalho na vida dos trabalhadores “cuidadores”

Nas duas últimas décadas, diferentes estudos têm sido realizados no campo das ciências sociais, humanas e nas ciências da saúde em relação aos processos de saúde e doença da classe trabalhadora brasileira. O crescente interesse que se observa nos últimos anos, em escala internacional, pelos danos provocados à saúde pelas condições de trabalho, são originários de diferentes compreensões científicas, no universo das categorias profissionais. Uma delas, a prevenção e promoção da saúde, tem produzido programas de pesquisa e intervenção na busca pela melhoria da qualidade de vida da classe trabalhadora. Outra, lastreada pelo viés dos estudos econômicos, tem se preocupado, principalmente,

com os gastos e o desequilíbrio das finanças públicas, à medida que se avolumam os números de casos de agravos à saúde decorrentes do trabalho.

No Brasil, a década de 80 é inicialmente marcada pelos estudos sobre as Lesões por Esforços Repetitivos- LER, especialmente entre os bancários, introduzidos por Mendes Ribeiro, em 1985, por Moraes e Miguez (1998) e, em seguida, por outros, como Knoplich (1989), Oliveira (1991), Dimberg (1991) e Leo e Coury (1998), que associam diagnósticos de tendinites, tenossinovites, epicondilites e bursites, preferencialmente de membros superiores, às características do trabalho. A partir de 1986, são caracterizados casos de LER em outras categorias profissionais, como, por exemplo, operadores de caixas de supermercados, equipes de enfermagem e médicos ultrassonografistas (MORAES e MIGUES, 1998). Considerado como um conjunto de doenças que se caracterizam pela ocorrência de sintomas como dor, parestesias, sensação de peso e/ou fadiga, sua etiologia é multifatorial, o que implica em múltipla causalidade (incluindo fatores de ordem física, organizacional, psicossocial, individual e sociocultural) sendo possível, portanto, ocorrer em qualquer trabalhador, em qualquer dos seus segmentos corporais.

No decorrer da década de 90, o crescimento do número de casos ou conjunto de sintomas específicos, em diferentes categorias profissionais, como, por exemplo, os problemas de coluna vertebral, principalmente nos segmentos cervical e lombar, motivaram muitos pedidos de benefícios previdenciários (GONZAGA, 2000). Embora o NIOSH (National Institute of Occupational Safety and Health) já previra, em 1983, que os problemas de coluna atingiriam grande parte da classe trabalhadora no mundo inteiro no ano de 2000, é na década de 90 que os registros e as estatísticas apontam como um dos principais motivos de afastamento do trabalho, estando entre os cinco principais motivos de afastamento e de aposentadoria precoce (KNOPLICH, 1989; GONZAGA, 2000).

Nos dias atuais, quando tais lesões não são tratadas como LER e, sim, como DORT – Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho, observa-se o crescimento, tanto em número de casos quanto em número de categorias profissionais atingidas. O aumento da prevalência destes distúrbios assinala o seu caráter epidêmico, expressado nos números levantados pela Previdência Social.

Recentemente, a partir do Programa Multiprofissional de Atenção à Saúde do Trabalhador (PMAST),

desenvolvido desde maio de 2002 pelo Laboratório de Psicologia do Trabalho da UFSC, em Florianópolis, tem sido constatado que trabalhadores diagnosticados com distúrbios músculo-esqueléticos, acompanhados de quadros algícos, invariavelmente apresentam alterações emocionais. Até o momento, três categorias têm nos chamado à atenção, pelo fato de apresentar um crescimento no número de afastamentos por adoecimento: trabalhadores da limpeza e conservação de prédios e condomínios, operadores de teleatendimento e professores. Juntos, perfazem aproximadamente 45% dos trabalhadores atendidos.

Associadas aos estudos sobre LER/DORT, têm sido produzidas outras pesquisas no Brasil sobre condições de trabalho e processos de adoecimento entre trabalhadores com enfoque na saúde mental. Informações do INSS, colhidas a partir do final da década de 90, mostram que, entre os trabalhadores do mercado formal, os transtornos mentais já ocupam o terceiro lugar entre as causas de concessão de benefício previdenciário como auxílio doença, afastamento do trabalho por mais de 15 dias e aposentadoria por invalidez (CRUZ, 2001; JACQUES, 2003).

Para Codo, Sampaio e Hitomi (1993) a organização do trabalho exerce uma ação específica sobre o indivíduo e seus processo

psicológicos. A partir de certas condições, pode surgir um sofrimento fruto do choque entre a história pessoal (projetos, necessidades, esperanças e desejos) e uma organização de trabalho que não os reconhece. Esse sofrimento de natureza psicológica inicia quando o indivíduo não pode realizar mudanças na sua tarefa a fim de adaptá-la às suas necessidades fisiológicas e psíquicas. A relação homem – trabalho fica bloqueada.

Para Dejours (segundo LUNARDI FILHO, 1997), a organização do trabalho é, de certa forma, a expressão da vontade do outro, pois o trabalhador é dominado e forçado a agir conforme a vontade desse. Com isso, torna-se despossuído de seu corpo físico como também desapropriado de sua competência. Quando ocupa um cargo ou função numa organização, encontra a sua espera um conjunto de tarefas que devem ser cumpridas, objetivos e meios para realizá-las já determinados. Resta-lhe apenas executá-las. Se não há nenhuma condição de adequação do trabalho à própria personalidade do trabalhador, este aumenta sua carga psíquica o que resulta em sofrimento. Esse advém de sentimentos gera-

dos por diversos aspectos que provocam disfunções pessoais e organizacionais. Dentre outros, pode-se citar o sentimento de inutilidade (o indivíduo não percebe valorização e finalidade de seu trabalho); sentimento de falta de dignidade (vergonha de ser apenas uma “peça da engrenagem”); sentimento de desqualificação (cujo sentido repercute não só para si como também para o ambiente de trabalho).

Segundo a psicodinâmica do trabalho³, o trabalhador, ao buscar no trabalho a fonte de prazer e realização e encontrar nele uma fonte de sofrimento e desgaste, entrará em conflito com a organização, pois no contexto de trabalho, a organização é a vontade do outro que se impõe sobre si. Na medida em que as pessoas internalizam suas expectativas confrontando-as com uma realidade discrepante, surge o conflito que incide negativamente no seu equilíbrio emocional (DEJOURS, 1994). No trabalho do professor existe uma exigência de responsabilidade que deve ser compensada pelo reconhecimento do trabalho. Se o docente não percebe o reconhecimento de seu trabalho, a responsa-

³ Disciplina originada dos estudos sobre psicopatologia do trabalho de Le Guillant (1950-52) e dos estudos de Christophe Dejours no período de 1970-1980, especialmente a partir de sua obra clássica “A loucura do trabalho – estudos sobre psicopatologia do trabalho” (1983). A psicodinâmica do trabalho incorpora especialmente a tradição compreensiva de investigação da construção da intersubjetividade nas situações de trabalho com base na análise da dinâmica da relação entre a organização do trabalho e o processo de prazer-sofrimento vivenciado pelo trabalhador.

bilidade exigida passa a ser percebida como uma sobrecarga geralmente experimentada como um conflito, que repercute negativamente na sua saúde.

Não resta dúvida de que homem e trabalho estão intimamente relacionados, pois esse contribui na formação da subjetividade e identidade do indivíduo e essas agem sobre sua percepção, desempenho e aquisições provenientes de seu trabalho. De acordo com Codo, Sampaio e Hitomi (1993, p. 59) "tentar compreender o homem sem considerar o trabalho é tentar compreender o homem, apesar de sua vida". Os mesmos autores acrescentam que "o homem produz sua própria existência na medida em que trabalha, arquitetando a estrutura social com suas próprias mãos, a mesma estrutura que lhe servirá de habitat; o homem é o meio ambiente do homem".

Condições de trabalho e desgaste profissional entre professores

Trabalho, Educação, Saúde. Trata-se de um trinômio que fundamenta a construção e desenvolvimento de uma sociedade e de uma nação, enfatizada geralmente, nos projetos de governo e nos discursos políticos, mas nem sempre bem cuidados.

As Universidades são centros de produção e difusão do conhecimento, que fundamenta a formação profissional e pessoal dos futuros trabalhadores, e, por conseguinte, o desenvolvimento da organização social. O mundo do trabalho e da produção, cada vez mais competitivo no campo da economia e da participação social e política, imprime mudanças nas relações de compromisso, nos contratos e nos valores sociais, deixando marcas indelévels na vida das pessoas, que se esforçam para desenvolver capacidades de enfrentamento, de esquivas ou de controles constantes sobre os processos de manutenção da saúde física e psicológica.

A docência é uma das mais antigas ocupações e a figura do professor é anterior à criação das instituições de ensino. A docência e os processos de ensino-aprendizagem vem se modificando ao longo da institucionalização dos processos de formação profissional, especialmente em função das transformações no mundo do trabalho e da produção, das mudanças culturais e da evolução tecnológica, que repercutiram e repercutem sobre as condições de vida e trabalho dos professores. Para Esteve (1999), professores de todas as partes do mundo tiveram que se adaptar às características evolutivas dos processos de trabalho na docência, ainda que, na maioria das

vezes, não se tenha evoluído necessariamente na melhoria das condições objetivas neste tipo de exercício profissional.

Os professores e educadores, em geral, ocupam um lugar especial no processo social e produtivo. Realizam atividades de assistência interpessoal e de dedicação no aprendizado dos outros, invariavelmente os colocando numa condição de maior predisposição aos chamados transtornos psicossociais no trabalho que, associados aos agravos na condição física (no caso das Lesões por Esforços Repetitivos - LER, por exemplo), acentuam os desgastes profissionais. Dentre os principais transtornos psicossociais o trabalho, destacam-se as neuroses do trabalho, a fadiga psicológica, o estresse e a síndrome da desistência. Aubert (1996) faz uma distinção entre estresse profissional e neurose profissional. O primeiro é caracterizado como perturbação no indivíduo decorrente da excessiva mobilização de sua "força adaptativa" para o enfrentamento de demandas de seu ambiente laboral que extrapolam suas capacidades físicas ou psíquicas atuais. É de caráter passageiro quando os fatores desencadeantes podem ser controlados. A neurose profissional é descrita como "um estado de desorganização persistente da personalidade, com conseqüente instalação de uma patologia, vinculada a uma situação profissional ou organizacional determinada" (p. 165).

A produção do conhecimento sobre saúde e trabalho docente no Brasil é incrementada ao longo da década de 90. Embora incipiente, o que já se produziu até o momento revela um crescimento significativo no número de casos de estresse e da síndrome da desistência (burnout) entre os docentes, associados ou não a outras patologias. As pesquisas de Esteve (1999) e de Codo (1999) afirmam que as condições de trabalho dos docentes brasileiros, a exemplo das condições de trabalho dos docentes americanos e europeus são consideradas precárias e têm sido apontadas, nas pesquisas atuais, com geradoras de adoecimento físico e psicológico. A reversão da situação de saúde depende da elucidação dos fatos: depende de se saber, com clareza, em que condições trabalham os docentes brasileiros.

A profissão docente, existente há séculos, atravessa, contemporaneamente um dos seus piores momentos. O mestre, visto antes como uma figura profissional essencial para a sociedade, é hoje um profissional que luta pela valorização e reconhecimento social do seu trabalho. Daqueles que persistem na profissão, muitos já apresentam sinais de adoecimento físico ou psicológico com diagnósticos conhecidos e causas desconhecidas.

Os profissionais docentes começam a demonstrar sinais de al-

terações das condições de trabalho e de saúde nos países Europeus (Suécia, França, Alemanha e Reino Unido) no início da década de 80. O estresse e a Síndrome da desistência (burnout) eram apontados como os principais problemas entre professores naquela época, com implicações sobre o absenteísmo por doença e abandono da profissão, como relata José Manoel Esteve em seus estudos publicados, pela primeira vez, em 1987. Nas pesquisas citadas por Esteve (1999), as queixas apresentadas pelos professores estão relacionadas às condições físicas e psicossociais do trabalho. Ressentidos com a desvalorização do seu trabalho, alguns professores adoecem, mas permanecem trabalhando, enquanto outros optam por abandonar a docência em busca de melhores condições de trabalho e de saúde em outras atividades ocupacionais

No Brasil, seguindo essa tradição de pesquisas, Helga Reinhold publica, em 1985, um estudo sobre as fontes e os sintomas de estresse ocupacional em professores, apontando a precariedade das condições de trabalho como a principal causa dos eventos estressores que ocorrem nesses profissionais. Anteriormente, a tendência entre os professores era de apresentar, ou melhor, registrar em seus pedidos de afastamentos ou em suas fichas de saúde, problemas de ordem física, especifi-

camente, problemas de distúrbios da voz como a calosidade das cordas vocais e disfonia, que foram documentados em pesquisas da década de 90 (TENOR, CYRINO e GARCIA, 1999).

O ensino, visto como uma prática profissional, possui características particulares, geradoras de fatores causadores de problemas físicos e psíquicos. O pó de giz, por exemplo, provoca irritações e alergias na pele e nas vias respiratórias. A necessidade de falar incessantemente e alterar o tom de voz repetidas vezes, segundo a clínica médica especializada, provoca calosidade das cordas vocais. Por último, a quase obrigatoriedade da bipedestação de longa permanência causa sobrecargas musculares e para o sistema circulatório, provocando desconforto e/ou dor, levando o docente a afastar-se do ambiente de trabalho e em casos extremos, aposentar-se precocemente ou abandonar a profissão (CASTRO, 1999; FONSECA, 2001).

Os estudos realizados com professores (tanto os estudos que abordam o estresse como os que abordam as condições de trabalho e saúde), caracterizam a prática de ensino como um trabalho dotado de intensificação das relações interpessoais que mobiliza os chamados fatores psicossociais do trabalho docente. (CODO, 1999; ESTEVE, 1999). Os resultados das pesquisas apontam que a não (ou des) valori-

zação e o não reconhecimento do trabalho docente, expressos genericamente pela percepção de desrespeito por parte dos alunos (e até mesmo da sociedade), as condições salariais (que não condizem com a importância e a responsabilidade social deste trabalho), a necessidade de ampliação da jornada de trabalho para recompor salário, os aumentos expressivos de alunos em salas de aula, além da luta permanente por manter-se no emprego, tudo isso, têm contribuído para a perda de qualidade da saúde dos professores.

O professor é contratado para realizar tarefas prescritas como ministrar aulas (e conteúdos), orientar pesquisas e leituras e acompanhar o desenvolvimento dos alunos, na perspectiva de avaliá-los no momento oportuno. É de sua competência aprovar ou reprovar o aluno, em relação ao conhecimento e domínio dos conteúdos desenvolvidos em sala de aula e em laboratórios de ensino e de pesquisa. É dele a competência de atestar ou não o aproveitamento do aluno durante o período letivo e se ele está apto a seguir em frente e assimilar novos conteúdos. Na verdade, essa competência envolve crítica, auto-crítica e responsabilidade por parte do professor.

A autonomia, mesmo que regulada pela direção do Departamento ou da Universidade, não tira do professor a flexibilidade em administrar

seu próprio cotidiano de trabalho. Ao avaliar o que julga essencial em termos de transmissão de conhecimento, o professor tem a liberdade, em sala de aula, de administrar as atividades de acordo com seu senso crítico e sua criatividade (WENZEL, 1991; TENFEN, 1992). Esse é um dos aspectos que faz com que o trabalho do professor não se torne rotina, dado que é a sua capacidade de poder interagir que leva o aluno a participar como sujeito ativo no processo de ensino-aprendizagem. Ainda que, porventura, as tarefas da docência possam ser repetitivas, é a forma de executá-las que as torna interessantes, qualificando o trabalho do professor, afastando-o da monotonia, característica do trabalho constituído por tarefas repetitivas e fragmentadas.

O saber construído ao longo do processo de formação profissional do professor é confrontado com a realidade do trabalho de ser responsável pela educação de duas, três ou até quatro turmas de quarenta alunos (número médio de alunos por turma), com duas ou mais disciplinas diferentes para ministrar durante o ano letivo. De uma forma geral, o professor recorre a esforços extras para atualizar conhecimentos e instrumentalizar-se em novas tecnologias didático-pedagógicas, cumprindo uma jornada de trabalho que extrapola em horas semanais a jornada prevista em seu contrato de trabalho.

As demais tarefas, consideradas atividades burocráticas como, por exemplo, o preenchimento dos diários de classe, o registro da frequência e da avaliação dos alunos são atividades rotineiras e, portanto desinteressantes, na maioria dos casos executadas no domicílio do professor. Como se vê, o trabalho docente é composto de várias atividades e ele não pode ser decomposto e dividido entre vários professores, como é possível dividir o trabalho em uma linha de montagem. Este é um trabalho que é iniciado e terminado pelo mesmo trabalhador.

De fato, o trabalho docente requer habilidades intelectuais, mas não está isento de habilidades físicas. A realização das atividades, intra ou extraclasse exige do professor condições físicas e psicológicas, pois as atividades envolvem esforço físico (necessidade de força e resistência muscular para a busca de informações atualizadas, transporte de livros e materiais e ficar sentado ou em pé por tempo prolongado escrevendo ou desenhando – o que envolve gasto energético/calórico e alterações fisiológicas) e esforço mental (para as exigências cognitivas e psíquicas).

Cargas de trabalho na atividade docente

As cargas de trabalho representam, segundo Seligmann-Silva (1994), um conjunto de esforços desenvolvidos para atender as exigências das tarefas, abrangendo os esforços físicos, cognitivos e psicoafetivos (emocionais) que são traduzidos como desgaste, segundo Laurell e Noriega (1989), na capacidade potencial corporal e psicológica dos trabalhadores. De acordo com Cruz (2002), os estudos realizados pela Psicologia do Trabalho e pela Ergonomia, ao confirmarem a existência das cargas de trabalho como um produto da relação entre as exigências do trabalho e a capacidade do trabalhador em respondê-las de forma efetiva e com menor desgaste. Destacam a importância de sua caracterização e dimensionamento, tendo em vista a sua íntima relação com o processo de produção e organização do trabalho e com as diferentes formas de adoecimento físico e psicológico.

O termo “carga de trabalho” substitui o termo “fatores de risco”, que é uma evolução do termo “fatores nocivos” utilizados por Oddone, Gastone, Briante e cols. (1986) que significa riscos próprios do ambiente laboral, aos quais estão expostos os trabalhadores. A substituição se dá em razão dos vários significados de risco.

Na Medicina do Trabalho e na Epidemiologia, o termo “risco” pode ser utilizado na acepção de fator de risco, identificando possíveis agentes ou substâncias capazes de determinar um efeito sobre a saúde, estabelecendo a probabilidade que determinado evento venha ocorrer. Os riscos seriam, na verdade, a existência de agentes ou substâncias capazes de influenciar nas condições de saúde e nos processos de adoecimento dos trabalhadores.

A expressão “carga de trabalho” expressa um novo conceito enfocando o processo e a organização do trabalho (FACCHINI, 1994). Ela engloba os fatores nocivos capazes de provocar estresse ou tensão emocional (monotonia, repetitividade, pressões, responsabilidades) como engloba, também, os fatores de riscos físicos, químicos, biológicos, fisiológicos. Na evolução da terminologia aplicada, torna-se possível compreender e traduzir os efeitos psicogênicos que os riscos ocupacionais (de qualquer natureza) provocam no dia-a-dia dos trabalhadores. O trabalhador está exposto, cotidianamente, às cargas de trabalho. Assim, para cada ramo produtivo e para cada processo de trabalho é possível identificar um perfil de cargas de trabalho que conformam um padrão de desgaste operário (SELIGMANN-SILVA; FACCHINI, 1994; CRUZ, 2002).

A organização do trabalho determina as suas cargas de traba-

lho, definidas por Greco, Oliveira e Gomes (1996, p. 61) “como exigências ou demandas psicobiológicas do processo de trabalho”. Considerando que todo o trabalho é constituído de cargas, o trabalho docente também as tem: cargas físicas – exigências que têm materialidade externa e que se modificam na interação com o corpo (interação ambiental), e cargas psíquicas – disposições psicológicas que adquirem materialidade no próprio corpo e se expressam por meio dele (reações emocionais), que influenciam direta e indiretamente na saúde e na vida dos professores.

Em pesquisas recentes sobre a caracterização de cargas de trabalho entre professores de Universidades Federais do sul do Brasil, realizadas por Cruz (2003), Lemos (2005) e Cruz e Lemos (2005), foram identificados diferentes aspectos das condições de trabalho gerados de desconforto físico e mal-estar psicológico entre os professores. Numa escala de 5 pontos, foi identificada uma hierarquia de crescente de percepções de carga, conforme mostra a tabela 1, assinalando, os diferentes problemas que historicamente fazem parte do processo de trabalho docente. Os constrangimentos relacionados à organização do trabalho foram considerados as maiores fontes de incômodo, especialmente a desproporcionalidade entre o salário recebido e as respon-

sabilidades assumidas, o estado de conservação de materiais e equipamentos e a exposição a riscos de contaminação.

Tabela 1 - Avaliação de cargas de trabalho entre professores universitários (N=256)

<i>Itens</i>	<i>M</i>	<i>Dp</i>
Perceber a desproporcionalidade entre o salário e a responsabilidade de trabalho	4.0	1.2
Perceber o ruído produzido pelas conversas paralelas entre os alunos	3.5	1.0
Verificar o estado de conservação de materiais e equipamentos utilizados em aula	3.3	1.2
Permanecer em pé, parado ou andando, durante as aulas	3.2	1.4
Estar exposto à riscos de contaminação durante a execução de tarefas em aula	3.1	1.3
Permanecer em pé, com flexão, inflexão e rotação do tronco em atividades práticas	3.1	1.4
Tenho estado descontente com as condições de trabalho	3.1	1.1
Ter necessidade de falar constantemente durante as aulas	3.1	1.3
Ver aluno carregar materiais escolares nas aulas práticas por não ter onde guardar	3.0	1.4
Distribuição do espaço físico dos ambientes de trabalho	3.0	1.4
Condições de ruído produzido pelo fluxo de pessoal no ambiente de trabalho	3.0	1.1
Ter dificuldade de acesso à materiais e equipamentos necessário às aulas práticas	3.0	1.7
Perceber o distanciamento entre os colegas de Departamento	2.9	1.3
Lidar com alunos percebidos como dispersivos em aula	2.9	0.9
Perceber aluno fazendo outras atividades não relacionadas ao conteúdo da aula	2.9	1.2
Condições de ruído produzido por equipamentos no ambiente de trabalho	2.9	1.7
Condições de temperatura dos ambientes de trabalho	2.9	1.1
Calcular médias das notas das avaliações dos alunos	2.8	1.6
Ter necessidade de alterar o tom de voz para ser ouvido pelos alunos	2.8	1.1
Desproporção entre o número de alunos e a capacidade de dar atenção a todos	2.8	1.3
Participar das reuniões de Departamento	2.8	1.4
Lidar com alunos percebidos como apáticos em aula	2.8	1.4
Pressões (de tempo, metas e prazos) no trabalho	2.8	1.2

Estressores relacionados ao trabalho e a síndrome da desistência (burnout) em docentes

O desgaste físico e emocional a que os professores estão submetidos em seu ambiente de trabalho e na execução de suas tarefas é bastante significativo na determinação de transtornos relacionados ao

estresse, como é o caso das depressões, transtornos de ansiedade, fobias, distúrbios psicossomáticos e a síndrome da desistência (burnout).

Os estímulos estressores ligados à atividade de trabalho são variados, e podem ser simplificados da seguinte forma: sobrecarga – denotada pela urgência de tempo, responsabilidade excessiva, falta de apoio e expectativas excessivas próprias ou de pessoas que o cercam;

falta de estímulos – tédio; solidão ou falta de solicitações de sua capacidade e potencial; ruídos, alterações do sono; falta de perspectivas; mudanças constantes determinadas pela organização, por introdução de novas tecnologias, mudanças no campo de atuação profissional, mudanças auto-impostas, além da negligência no cuidado com as condições ergonômicas na organização do trabalho, que invariavelmente tendem a comprometer física e psicologicamente os professores (BARONA, 1991; CARLOTTO e GOBBI, 1999; BENEVIDES-PEREIRA, 2002).

É importante ressaltar que, normalmente, o desânimo, a falta de motivação e interesse e o descaído em relação ao trabalho, foi e ainda é tratado por muitas pessoas como “preguiça”, “dissimulação” ou, ainda, outros termos depreciativos. Esse parece ser um dos aspectos que vai levando o indivíduo a lutar contra a síndrome da desistência (à medida que não reconhece a sua existência) a se esgotar cada vez mais, ampliando o seu sentimento de desistência não só do trabalho, mas também da própria vida.

De uma forma geral, o que se percebe é um acúmulo de trabalho. As tarefas tendem a serem diversificadas, mas fragmentadas; aumentam as exigências profissionais por qualificação e metas de produtividade nas publicações, orienta-

ções e participação na comunidade científica. Crescem as crises (do sistema educacional e nas instituições de ensino), as divergências e o descaído com a educação no cenário nacional, o que se reflete nas condições de trabalho dos docentes (WENZEL, 1991; TENFEN, 1992; CODDO, 1999; ESTEVE, 1999).

Os estressores relacionados ao trabalho estão divididos em dois grupos distintos: estressores do ambiente físico e demandas estressantes do trabalho e de seu conteúdo. Os primeiros referem-se a ruídos, vibração, qualidade de iluminação, temperatura, higiene, ventilação, adequação de espaço físico dentre outros fatores. Todos esses, podem trazer consequências psicológicas e ergonômicas sobre a saúde do trabalhador.

Sobrecarga de trabalho: ocorre tanto em termos qualitativos como quantitativos. É considerada causa do estresse (BIANCHI, 1990; CHERNISS, 1983; COHEN-MANSFIELD e ROSENTHAL, 1983/1989; DEWE, 1989; FORNÉS, 1994; PARAGUAY, 1990). Peiró (1992) descreve que essas sobrecargas de trabalho produzem sintomas de estresse físico e psicológico e assim os enumera: tensão e insatisfação no trabalho, ansiedade, sensação de ameaça, redução da auto-estima, elevação do nível de colesterol circulante, aumento da taxa cardíaca, resistência da pele e, consumo de tabaco. O excesso de

horas trabalhadas reduz a possibilidade de apoio social do indivíduo.

Relações interpessoais no trabalho: boas relações entre pessoas que compõem o grupo de trabalho são fator fundamental para a saúde pessoal e organizacional (LLOPIS, 1993; CRAWFORD, 1993; FORNÉS, 1994). A qualidade das relações interpessoais é potencializadora de agentes estressores. O conflito pode gerar crescimento e estimular novas soluções, mas se contínuo gerará frustração, tensão, doenças psicossomáticas e outros males (PEIRÓ, 1993).

Estágios de desenvolvimento da carreira profissional: Peiró (1993) relaciona a fase inicial de desenvolvimento da carreira com discrepâncias entre expectativas e realidade. A fase de consolidação da carreira é dedicada à busca de equilíbrio entre as demandas familiares e a própria carreira. A seguinte, fase de manutenção da carreira, pode gerar estresse à medida que é constatado o êxito na carreira e o fracasso na vida pessoal. A última etapa refere-se ao estresse causado pela evidência do envelhecimento do indivíduo marcada pela aposentadoria.

Status profissional e salário: para Peiró (1992) elevado status = salário mais alto = maior satisfação. Se não há perspectiva dessa condição, maior a possibilidade de estresse. O mesmo autor sinaliza que a satisfação obtida em relação ao trabalho é

dependente da percepção de sua equidade por parte do trabalhador.

Novidade ou variedade das tarefas: Peiró (1993) afirma que o trabalho rotineiro e contínuo, durante longos anos, torna o trabalhador menos flexível e mais predisposto ao estresse; em contrapartida, quando ocorre excesso de mudanças de tarefa esse também pode se estabelecer.

Ambigüidade de funções: para Heim (1992), esta ocorre quando membros do grupo de trabalho têm expectativas ou demandas incompatíveis entre si, em relação ao indivíduo. Denomina-se também, ambigüidade de funções, a sobrecarga decorrente de acúmulo de obrigações e responsabilidades provenientes de uma ou várias funções que a pessoa desempenha (FORNÉS, 1994). Cherniss (1983) descreve forças específicas da ambigüidade de funções como: falta de informação sobre expectativas dos colaboradores; conhecimento sobre oportunidade de crescimento; informação necessária para o desempenho no trabalho, dentre outras, que contribuem para o aumento de tensão e estresse do indivíduo.

Controle de atividades: Crawford (1993) e Fornés (1994) citam essa variável como grau em que o ambiente de trabalho permite ao indivíduo controlar as atividades que realiza no nível intrínseco (planejamento e procedimentos) e extrínseco (salários, benefícios e horários).

Quanto mais controle o indivíduo possui, menor a possibilidade da elevação da tensão ou surgimento do estresse.

As mudanças no mundo do trabalho provocadas pelo processo de globalização da economia, a sofisticação tecnológica, a decadência das relações humanas cooperativas que são substituídas por aspectos competitivos e de busca de recompensas extrínsecas ao próprio trabalho como elementos importantes no surgimento de sentimentos de insegurança, ansiedade e diminuição da auto-estima do indivíduo e de grupos sociais.

Quando esses sentimentos são intensos e permanentes, e as características da função no trabalho também contribuem para a manutenção destas condições, o indivíduo apesar de tentar repetidamente soluções para essas questões, somado ao desgaste dos constantes fracassos, está vulnerável ao surgimento da síndrome da desistência (burnout). Conhecida também por seu nome de origem - burnout – a síndrome da desistência é um agravo à saúde predominantemente relacionado ao desgaste profissional na relação com o trabalho. Suas principais manifestações são o rebaixamento da auto-estima, o esgotamento emocional, o surgimento de comportamentos inadequados frente a sua clientela (irritação, descaso, cinismo e distanciamento), a diminuição da pro-

dutividade e da auto-realização no trabalho, a instalação de transtornos psicossomáticos e o absenteísmo.

Estudada em diferentes países desde a década de 1970, no Brasil, só recentemente a síndrome da desistência tem recebido atenção por parte da comunidade científica e política e, por esse motivo, ainda são relativamente escassos os trabalhos existentes sobre perfis epidemiológicos de portadores dessa síndrome.

Freudenberger (1974) considera a síndrome da desistência um estado de esgotamento ou exaustão resultante de grande dedicação e esforço no trabalho, onde o indivíduo afasta ou deixa de lado as suas próprias necessidades. Inicialmente, pensava-se a síndrome, afetando apenas profissionais que são considerados “cuidadores” (médicos, psicólogos, agentes penitenciários, professores e similares). Maslach e Leiter (1999) observam que a síndrome da desistência não é um problema do indivíduo, mas principalmente do lugar onde ele trabalha. Caracteriza-se pela presença de três fatores que podem aparecer associados, mas são independentes: esgotamento emocional, despersonalização e baixo envolvimento pessoal no trabalho.

A síndrome da desistência apresenta maior prevalência em profissionais que desempenham função assistencial, especialmente no âmbito da saúde e da educação, que tem como características as exigên-

cias elevadas de investimento na relação interpessoal, no cuidado e na dedicação ao trabalho. Dentre os autores dedicados ao estudo deste tema (EDELWICH e BRODSKY, 1980; CHERNISS, 1980/1983; DEWE, 1988/1989; COHEN-MANSFIELD e ROSENTHAL, 1989; MC GEE, 1989; CRAWFORD, 1993) é consenso que a síndrome acomete com maior frequência indivíduos que atuam em profissões caracterizadas por uma relação interpessoal intensa entre profissional e cliente.

O estudo da incidência ou prevalência dos sintomas da síndrome da desistência nas profissões pode nos ajudar a compreender a natureza da etiologia ou nexos do adoecimento. As ocupações assistenciais são as mais afetadas, pois estão fundamentadas na filosofia humanística e a discrepância entre expectativas e a realidade contribuem para o nível de estresse que tais profissionais experimentam (ALVAREZ E FERNANDEZ, 1991).

Outro fator que contribui para a alta incidência da síndrome é o longo tempo dedicado aos clientes que freqüentemente se encontram em situações dramáticas gerando, com isso, uma relação interpessoal provida de frustração, medo, tensão emocional. A necessidade de investigação nesta categoria profissional, envolvendo características sócio-demográficas e

valores relacionados ao trabalho, apresenta-se pertinente, pois como as condições organizacionais e características pessoais afetam o trabalhador, também seus pensamentos e atitudes influenciam tanto a organização como o próprio desempenho profissional. É consenso na literatura especializada, geralmente de origem estrangeira, que a categoria dos professores apresenta um alto nível da síndrome da desistência. Maslach e Leiter (1999) observam que a síndrome da desistência não é um problema dos trabalhadores, mas principalmente do lugar onde trabalham.

Conclusão

A educação é um dos pilares do desenvolvimento de uma sociedade. Nela, como cenário, encontram-se diversos atores (alunos, professores, supervisores e diretores, e os funcionários técnico-administrativos) que desempenham diferentes papéis. Cada um deles tem sua função definida. E, para que cada um desempenhe com êxito a sua função, é necessário que as condições (ambientais, técnicas e psicossociais) sejam favoráveis.

As condições de saúde e trabalho dos profissionais da educação têm despertado o interesse em pesquisadores de diferentes áreas de conhecimento como sociólo-

gos, psicólogos, epidemiologistas, ergonômistas e demais profissionais da saúde e do desporto. Os estudos recentes, com base na contribuição desses pesquisadores, revelam a preocupação com as condições do exercício profissional de dos trabalhadores da educação, tendo em vista a tendência crescente de transtornos de saúde manifestados nos últimos vinte anos.

O trabalho do professor, visto na perspectiva dos estudos sobre as relações entre processo de trabalho e a saúde, não apresenta, de uma forma geral, o mesmo destaque de investigação científica que outras categorias do setor industrial e de serviços, como, por exemplo, os profissionais da construção civil, dos transportes, da saúde e do setor bancário.

A atividade docente, um trabalho diferente em alguns aspectos como, por exemplo, ser um trabalho que é iniciado e deve ser concluído pelo mesmo trabalhador, e semelhante em outros aspectos como jornada de trabalho, hierarquia e remuneração, parece, ainda, não ter despertado o interesse dos cientistas, tendo em vista o reduzido número de estudos publicados sobre condições de trabalho dos professores. Atualmente, os professores, sem distinção do nível de ensino em que atuam e independentemente de ser escola ser ou privada, têm apresentado agravos

saúde que vão desde problemas de voz, passando por DORT e chegando a quadros de depressão, estresse e burnout.

O trabalho do professor representa uma parte histórica e significativa da expressão das relações de trabalho, constituindo-se num dos principais modos de construção de processos institucionais no âmbito da educação e da aprendizagem humanas. Contudo, apesar de sua importância social, os estudos sobre as implicações das condições de trabalho na saúde dos professores necessitam serem incentivados e desenvolvidos na própria comunidade universitária.

Referências

- ALVAREZ, E. y FERNANDEZ, L. El Síndrome de Burnout – o el desgaste profesional (I e II). *Revista de la Asociación Española de Neuropsiquiatria, La Coruña*, v. XI, n. 39, p. 257 – 265; 266 – 273, 1991.
- AUBERT, N. A. A neurose profissional. In: Chanlat, J.F. (org). *O indivíduo na organização: dimensões esquecidas*. São Paulo: Atlas, 1996.
- BARONA, E. G. Estudio preliminar al Síndrome de Burnout. *Revista Ciência Psicológica - n. 3*, p. 63 – 76, 1º sem. Jaén – Espanha. 1991.

- BENEVIDES-PEREIRA, A. M. T. Burnout: quando o trabalho ameaça o bem-estar do trabalhador. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.
- BIANCHI, E. R. Estresse em enfermagem: análise da atuação do enfermeiro em centro cirúrgico. São Paulo, p. 174, 1990. Tese (Doutorado em Enfermagem) Universidade de São Paulo, 1990.
- CARLOTTO, M. S., GOBBI, M. D. Síndrome de burnout: Um problema do indivíduo ou do seu contexto de trabalho? Revista Aletheia. N, 10, p. 103 – 114, 1999.
- CASTRO, N. M. T. Alterações laríngeas e disfunções da voz em professores: um alerta à prevenção. Florianópolis, 1999. Dissertação (Mestrado em Medicina) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Médicas. Universidade Federal de Santa Catarina.
- CHERNISS, C. Professional Burnout human service organizations. New York: Praeger, 1980.
- CHERNISS, C. Staff burnout - job stress in the human services. Beverly Hills: Sage, 1983.
- CODO, W. (coord) Educação: carinho e trabalho. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.
- CODO, W., SAMPAIO, J. J. C. & HITOMI, A. H. Indivíduo, trabalho e sofrimento: uma abordagem interdisciplinar. Petrópolis: Vozes, 1993.
- COHEN, S.; KAMARK, T.; MERMELSTEIN, R. A global measure of perceived stress. Journal of Health and social Behavior. 24. p. 385-396. 1983.
- COHEN-MANSFIELD, J. e ROSENTHAL, A. S. Absenteism of nursing staff in a nursing home. In: Journal of Nursing Studies, 26 (2), p. 187 – 194, 1989.
- CRAWFORD, S. L. Job stress and occupational health nursing. In: AAOHN Journal. V. 41, n. 11, p. 522-527, 1993.
- CRUZ, R. M. Medidas de carga mental de trabalho. In: CRUZ, R. M., SARDA, J. J. e ALCHIERI, J. C. Avaliação e medidas psicológicas: produção do conhecimento e da intervenção profissional. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002. p. 183-199.
- CRUZ, R. M. Psicodiagnóstico de síndromes dolorosas crônicas relacionadas ao trabalho. Florianópolis, 2001. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Universidade Federal de Santa Catarina.
- CRUZ, R. M. Saúde, trabalho e psicopatologias. In: AUED, B. (org.). Traços do trabalho coletivo. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005. p. 201-233.

- DEJOURS, C. A carga psíquica do trabalho. In: DEJOURS, C.; ABDOUCHELI, E.; JAYET, C. *Psicodinâmica do trabalho: contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho*. São Paulo: Atlas, 1994.
- DEWE, P. J. Investigating the frequency of nursing stressors: a comparison across wards. In: *Soc. Sciences Med.*, 26 (3), p. 375 – 380, 1988.
- DEWE, P. J. Stressor frequency, tension, tiredness and coping: some measurement issues and a comparison across nursing groups. In: *Journal of advanced nursing*. Oxford, 14, p. 308 – 20, abril, 1989.
- DIMBERG, L. Afecções cervico-braquiais provocadas pelo trabalho. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, 72(19), p. 65-77, 1991.
- EDELWICH, J., BRODSKY, A. *Stages of disillusionment in the helping professions*. New York: Human Sciences Press, 1980.
- ESTEVE, J. M. *Mal-estar docente: a sala de aula e a saúde dos professores*. São Paulo: Edusc, 1999.
- FACCHINI, L. A. Uma contribuição da epidemiologia: o modelo de determinação social aplicado à saúde do trabalhador. In: BUSCHINELLI, J. T.; ROCHA, L. E.; RIGOTTO, R. M. *Isto é trabalho de gente?: vida, doença e trabalhador no Brasil*. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.
- FONSECA, C. C. O. P. *O adoecer psíquico no trabalho do professor do ensino fundamental e médio da rede pública no Estado de Minas Gerais*. Florianópolis, 2001. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina.
- FORNÉS, J. Respuesta emocional al estrés laboral. In: *Revista de Enfermeria*. n. 186, p. 31-39, Fev. 1994.
- FREUDENBERGER, H. J. Staff burnout. *Journal of Social Issues*, 30 (1), p. 159-163, 1974.
- GONZAGA, P. *Perícia Médica da Previdência Social*. São Paulo: LTr, 2000.
- GRECO, R. M.; OLIVEIRA, V. M.; GOMES, J. R. Cargas de trabalho dos técnicos operacionais da escola de enfermagem da Universidade de São Paulo. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*. vol 25, p. 59-75, 1996.
- HEIM, E. Stressors in health occupations: do females have a greater health risk? In: *Psychosomatischen Medizin Psychoanalytische*. Germany, 38 (3), p. 207-226, 1992.

- JACQUES, M. G. "Doença dos nervos": uma expressão da relação entre saúde/doença mental. In : JACQUES, M. G. ; CODO, W. (orgs.). Saúde mental & trabalho - leituras. Petrópolis: Vozes, 2003, p. 98-111. (C).
- KNOPLICH, J. Enfermidades da coluna vertebral. São Paulo: Ibrasa, 1989.
- LAURELL, A. C.; NORIEGA, M. Processo de Produção e Saúde: Trabalho e desgaste operário. São Paulo: Editora Hucitec, 1989.
- LEMOS, J. C. Cargas psíquicas no trabalho e processos de saúde em professores universitários. Florianópolis, 2001. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Universidade Federal de Santa Catarina
- LEMOS, J. C. e CRUZ, R. M. Condições e cargas de trabalho da atividade docente. Revista Plural, n. 14, ano 11, jun., 2005.
- LEO, J. A; COURY, H. J. C. G. Em que os distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho se diferenciam das lesões por esforço repetitivo? Revista Fisioterapia em Movimento. v. X, n. 2, out./97-mar./98. p. 92-102.
- LLOPIS, S. et al. Motivación laboral - creación de ciclos de calidad. In: Rol de Enfermería, n. 176, abr., 1993.
- LUNARDI FILHO, W. D. Prazer e sofrimento no trabalho: contribuições à organização do processo de trabalho da enfermagem. Revista Brasileira de Enfermagem, Brasília . v. 50, n. 1 p. 77- 92, jan.-mar., 1997.
- MASLACH, C., LEITER, M. P. Take this job and...love it. Psychology Today, n. 32, p. 50-57, 1999.
- Mc GEE, R. A. Burnout and professional decision making: an analogue study. In. Journal of Counseling Psychology, v. 36, n. 3, p. 345-351, 1989.
- MORAES, M. A .A.; MIGUEZ, S. A . LER/DORT – prevenção e tratamento e noções básicas de ergonomia. Apostila de curso de atualização. Campinas – SP, 1998.
- ODDONE, I.; GASTONE, M. S. G.; BRIANTE, G.; CHIATELLA, M.; RE, A. Ambiente de trabalho: a luta dos trabalhadores pela saúde. São Paulo: Hucitec, 1986.
- OLIVEIRA, C. R. Lesões por Esforços Repetitivos (LER). . Revista Brasileira de Saúde Ocupacional, 73(19), p. 59-85, 1991.
- PARAGUAY, A. I. B. Estresse, conteúdo e organização do trabalho: Contribuição da ergonomia para melhoria das condições de trabalho. In: Revista Brasileira de Saúde Ocupacional, n. 70, v. 18, p. 40-43, maio-junho, 1990.
- PEIRÓ, J. M. Desencadenantes del estrés laboral. Madrid: Eudema, 1992.

- PEIRÓ, J. M. *Psicología de la organización*. Madrid: Universidad Nacional de Educación a Distancia, 1993.
- SELIGMANN-SILVA, E. *Desgaste mental no trabalho dominado*. São Paulo: Cortez, 1994.
- TENFEN, W. *O processo de (des)qualificação do professor*. Florianópolis, 1992. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina.
- TENOR, A. C.; CYRINO, E. G.; GARCIA, V. L. *Investigação da percepção vocal de professores de pré-escola da rede municipal de ensino de Botucatu-SP*. *Salusvita*, 18(2), p.107-116, 1999.
- WENZEL, R. L. *O professor e o trabalho abstrato: uma análise da (des)qualificação do professor*. Florianópolis, 1991. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina.

Recebido em: mar/2005
Aprovado em: jun/2005